

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.107.698.070
Preferenciais	81.714.293
Total	1.189.412.363
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	12.451.019	11.802.012
1.01	Ativo Circulante	2.193.940	2.419.149
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.593	153.368
1.01.03	Contas a Receber	219.518	200.900
1.01.03.01	Clientes	219.518	200.900
1.01.04	Estoques	30.039	34.025
1.01.06	Tributos a Recuperar	140.148	107.210
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	140.148	107.210
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	5.926
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	140.148	101.284
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.778.642	1.923.646
1.01.08.03	Outros	1.778.642	1.923.646
1.01.08.03.03	Outros ativos	5.049	17.674
1.01.08.03.07	Adiantamentos a fornecedores	77.080	315.796
1.01.08.03.08	Títulos e valores mobiliários	1.696.513	1.590.176
1.02	Ativo Não Circulante	10.257.079	9.382.863
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.383.852	4.641.662
1.02.01.04	Contas a Receber	35	0
1.02.01.04.01	Clientes	35	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	175.904
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	175.904
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.028.634	1.158.867
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.355.183	3.306.891
1.02.01.10.03	Outros tributos a recuperar	67.147	35.466
1.02.01.10.04	Imposto de renda e contribuição social correntes	246.984	192.675
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	26.842	22.938
1.02.01.10.06	Outros ativos	820	352
1.02.01.10.07	Adiantamento a fornecedores	2.495.922	2.189.819
1.02.01.10.08	Debêntures privadas	701.696	663.065
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos	782.629	107.440
1.02.01.10.10	Caixa restrito	33.143	95.136
1.02.02	Investimentos	83.935	82.343
1.02.02.01	Participações Societárias	83.935	82.343
1.02.03	Imobilizado	4.786.938	4.657.241
1.02.04	Intangível	2.354	1.617

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	12.451.019	11.802.012
2.01	Passivo Circulante	1.297.154	1.582.209
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.122	21.321
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.122	21.321
2.01.02	Fornecedores	311.182	413.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.759	7.451
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.759	7.451
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97	119
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	4.662	7.332
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	741.515	679.970
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	741.515	679.970
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	674.072	604.539
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	67.443	75.431
2.01.05	Outras Obrigações	215.576	459.672
2.01.05.02	Outros	215.576	459.672
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	27.698	58.378
2.01.05.02.07	Receitas diferidas	2.902	2.902
2.01.05.02.08	Certificado recebíveis imobiliários	14.066	81.939
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	39.874	26.962
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	100.913	232.669
2.01.05.02.12	Outros passivos financeiros	27.713	37.105
2.01.05.02.13	Dividendos a pagar	2.410	19.717
2.02	Passivo Não Circulante	7.936.364	6.992.148
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.368.925	6.239.740
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.368.925	6.239.740
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.381.587	3.707.188
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.987.338	2.532.552
2.02.02	Outras Obrigações	492.395	700.581
2.02.02.02	Outros	492.395	700.581
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	458.340	655.579
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	34.055	39.169
2.02.02.02.08	Adiantamentos de clientes	0	5.833
2.02.03	Tributos Diferidos	32.133	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.133	0
2.02.04	Provisões	32.102	38.842
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.102	38.842
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais	32.102	38.842
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	10.809	12.985
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	10.809	12.985
2.02.06.02.01	Receitas Diferidas	10.809	12.985
2.03	Patrimônio Líquido	3.217.501	3.227.655
2.03.01	Capital Social Realizado	2.461.503	2.461.503
2.03.02	Reservas de Capital	22.725	22.725
2.03.02.07	Reservas de Capital	22.725	22.725
2.03.04	Reservas de Lucros	460.295	740.315
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	270.200	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.778	3.112

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.097.465	2.866.849	891.971	2.451.817
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-596.352	-1.633.647	-511.932	-1.415.944
3.03	Resultado Bruto	501.113	1.233.202	380.039	1.035.873
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.257	-42.413	4.110	-32.142
3.04.01	Despesas com Vendas	365	-792	235	-11.439
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.971	-47.906	-6.213	-31.896
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.986	-1.856	6.284	4.359
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.335	8.141	3.804	6.834
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	484.856	1.190.789	384.149	1.003.731
3.06	Resultado Financeiro	-112.195	-523.658	-167.677	-529.903
3.06.01	Receitas Financeiras	369.367	838.226	202.053	274.684
3.06.01.01	Receitas Financeiras	67.711	207.511	96.451	269.074
3.06.01.02	Variação Cambial	0	0	105.602	0
3.06.01.03	Derivativos	301.656	630.715	0	5.610
3.06.02	Despesas Financeiras	-481.562	-1.361.884	-369.730	-804.587
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-298.794	-563.158	-305.023	-784.206
3.06.02.02	Derivativos	0	0	-64.707	0
3.06.02.03	Variação cambial	-182.768	-798.726	0	-20.381
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	372.661	667.131	216.472	473.828
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-106.168	-212.169	-33.905	-99.989
3.08.01	Corrente	-9.337	-3.869	-11.603	-17.101
3.08.02	Diferido	-96.831	-208.300	-22.302	-82.888
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	266.493	454.962	182.567	373.839
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	266.493	454.962	182.567	373.839
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,22263	0,38008	0,15252	0,31231
3.99.01.02	PNA	0,24490	0,41809	0,16776	0,34353

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99.01.03	PNB	0,22263	0,38008	0,15252	0,31231
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,22263	0,38008	0,15252	0,31231
3.99.02.02	PNA	0,24490	0,41809	0,16776	0,34353
3.99.02.03	PNB	0,22263	0,38008	0,15252	0,31231

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	266.493	454.962	182.567	373.839
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-96	0	0
4.02.01	Perdas atuariais de plano de benefícios definido	0	-96	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	266.493	454.866	182.567	373.839

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.136.594	593.110
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.486.852	1.268.550
6.01.01.01	Lucro operacional antes do IR e CS	667.131	473.828
6.01.01.02	Depreciação e amortização	335.311	270.052
6.01.01.03	Equivalência patrimonial e ganho/perda com investimentos	-8.141	-6.834
6.01.01.04	Provisão para demandas judiciais	3.625	8.711
6.01.01.05	Provisão para credito de liquidação duvidosa	808	11.424
6.01.01.07	Provisão para participações nos resultados e bônus	6.920	9.496
6.01.01.09	Outros	-1.072	-12.832
6.01.01.10	Perda apurada nas baixas do ativo permanente	-4.419	-1.770
6.01.01.12	juros, variações monetárias e cambiais. liquidos	486.689	516.475
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-350.258	-675.440
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-37.044	-47.711
6.01.02.02	Estoques	2.882	20.582
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedor	-85.893	-642.686
6.01.02.08	Fornecedores	-84.604	94.600
6.01.02.09	Ordenados e salários a pagar	-4.118	1.029
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	-14.822	-12.440
6.01.02.13	Demandas judiciais	-6.613	-8.596
6.01.02.14	Outros passivos financeiros	-11.456	12.570
6.01.02.15	Outros impostos, líquidos	-98.004	-83.583
6.01.02.16	Outros ativos e passivos, liquidos	-10.586	-9.205
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-206.952	-1.682.584
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangíveis	-450.704	-390.014
6.02.03	Titulos e valores mobiliários	-24.708	-542.736
6.02.04	Caixa restrito	62.002	-6.098
6.02.05	Parte relacionadas - Mútuo	200.000	-754.500
6.02.06	Dividendos recebidos de coligadas	6.458	3.764
6.02.07	Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes	0	7.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.057.417	1.010.383
6.03.01	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.228.005	2.335.442
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-1.809.820	-217.511
6.03.03	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-445.968	-417.213
6.03.04	Amortizações de antecipação de créditos imobiliários	-72.409	-74.905
6.03.05	Dividendos pagos	-297.764	-183.607
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	-6.402	0
6.03.08	Instrumentos financeiros derivativos	-44.474	-17.307
6.03.10	Amortização de principal de arrendamento mercantil	-309.416	-165.752
6.03.11	Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-115.118	-148.894
6.03.12	Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-184.051	-99.870
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-127.775	-79.091
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	153.368	242.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.593	163.346

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.461.503	22.725	740.315	0	3.112	3.227.655
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-512	0	0	-512
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.461.503	22.725	739.803	0	3.112	3.227.143
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-279.508	-185.000	0	-464.508
5.04.06	Dividendos	0	0	-279.508	-185.000	0	-464.508
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	455.200	-334	454.866
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	454.962	0	454.962
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	238	-334	-96
5.05.02.06	Ajuste reflexo coligada - custo atribuído	0	0	0	238	-238	0
5.05.02.07	Perdas atuariais com plano de pensão	0	0	0	0	-96	-96
5.07	Saldos Finais	2.461.503	22.725	460.295	270.200	2.778	3.217.501

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.461.503	22.725	499.215	0	3.172	2.986.615
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.461.503	22.725	499.215	0	3.172	2.986.615
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-137.582	0	0	-137.582
5.04.06	Dividendos	0	0	-137.582	0	0	-137.582
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	60	373.839	-60	373.839
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	373.839	0	373.839
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	60	0	-60	0
5.05.02.06	Ajuste reflexo coligada - custo atribuído	0	0	60	0	-60	0
5.07	Saldos Finais	2.461.503	22.725	361.693	373.839	3.112	3.222.872

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	2.964.656	2.575.546
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.956.218	2.537.085
7.01.02	Outras Receitas	9.246	49.885
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-808	-11.424
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.264.538	-1.149.929
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.161.392	-1.016.767
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-91.781	-87.336
7.02.04	Outros	-11.365	-45.826
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.700.118	1.425.617
7.04	Retenções	-335.311	-270.052
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-335.311	-270.052
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.364.807	1.155.565
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	215.652	275.908
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.141	6.834
7.06.02	Receitas Financeiras	207.511	269.074
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.580.459	1.431.473
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.580.459	1.431.473
7.08.01	Pessoal	96.666	86.189
7.08.01.01	Remuneração Direta	80.724	72.842
7.08.01.02	Benefícios	13.109	10.717
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.833	2.630
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	263.914	140.039
7.08.02.01	Federais	248.186	133.036
7.08.02.02	Estaduais	15.126	6.673
7.08.02.03	Municipais	602	330
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	764.917	831.406
7.08.03.01	Juros	731.169	811.565
7.08.03.02	Aluguéis	33.748	19.841
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	454.962	373.839
7.08.04.02	Dividendos	185.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	269.962	373.839

Comentário do Desempenho

RUMO MALHA NORTE – RUMO MALHA NORTE S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 30 DE SETEMBRO 2018

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Norte – Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e são apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras anuais completas.

O principal tomador de decisões operacionais analisa a Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	9M18	9M17	Var. %
Receita líquida	2.866,8	2.451,8	16,9%
Custo dos serviços prestados	(1.633,6)	(1.415,9)	15,4%
Lucro bruto	1.233,2	1.035,9	19,0%
Margem bruta (%)	43%	42%	1,8%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(48,9)	(43,3)	12,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1,9)	4,4	-142,6%
Equivalência patrimonial	8,1	6,8	19,1%
Depreciação e amortização	335,3	270,1	24,2%
EBITDA	1.526,9	1.285,2	18,8%
Margem EBITDA (%)	53,3%	52,4%	1,6%
Resultado financeiro líquido	(523,7)	(529,9)	-1,2%
Imposto de renda e contribuição social	(212,2)	(100,0)	112,2%
Lucro líquido	454,9	373,8	21,7%

Nos período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a receita operacional líquida atingiu R\$2.866,8 milhões, crescimento de 16,9% em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento demanda de transportes de produtos agrícolas e industriais. O EBITDA foi de R\$1.526,9 milhões, crescimento de 18,8% em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$454,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 comparado a um lucro líquido de R\$373,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e são apresentadas de forma condizente com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras anuais completas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 23 de resultado financeiro e 22 despesas por natureza foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

Certos montantes dos saldos comparativos na notas 23 de resultado financeiro e 22 despesas por natureza foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras intermediárias. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 13 de novembro de 2018.

3 Principais políticas contábeis

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção das novas normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma ou interpretação emitida que ainda não esteja em vigor. A Companhia aplicou pela primeira vez o IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contrato com Cliente e IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros, cujos efeitos e alterações estão divulgados a seguir (Nota 3.2).

3.1 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	Participação direta e indireta	
	30/09/2018	31/12/2017
Coligadas (Equivalência patrimonial)		
Termag S.A. ⁽ⁱ⁾	19,85%	19,85%
TGG S.A. ⁽ⁱ⁾	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

(i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

3.2 Novos normativos e interpretações adotados pela Companhia

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia, ao avaliar os contratos com cliente, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos, determinar serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento, se há descontos implícitos no contato e determinar componentes de financiamento significativos. Além disso, a Companhia faz uso de estimativas ao determinar a contraprestação variável e seus preços de serviços individuais quando utilizar metodologia de alocação.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos significativos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Registramos todas as vendas de serviços somente quando um contrato ou acordo está em vigor, à medida que os serviços são prestados e a cobrança do preço de serviço fixo ou determinável está razoavelmente assegurado. Nós reconhecemos qualquer perda que esperamos incorrer nestes acordos quando essa perda for provável.

A Companhia não espera ter nenhum contrato em que o período entre a transferência dos serviços prometidos para o cliente e o pagamento pelo cliente exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta nenhum dos preços das transações pelo valor do dinheiro no tempo.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: (i) classificação e mensuração; (ii) *impairment*; e (iii) *hedge accounting*.

Com exceção da classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia aplicou a CPC 48 / IFRS 9 prospectivamente com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2018.

O efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 é o seguinte:

- Impacto nos balanços patrimoniais (aumento/(redução)) em 1º de janeiro de 2018:

Ativo

Contas a receber de clientes	(775)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	263

Patrimônio líquido

Lucros acumulados	512
-------------------	-----

a) Classificação e mensuração

Exceto por certos recebíveis comerciais, de acordo com a CPC 48 / IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com a CPC 48 / IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio de resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam “apenas pagamentos de principal e juros” sobre o montante de capital em dívida.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018 e posteriormente aplicada retrospectivamente aos ativos financeiros que não foram desconhecidos antes de 1 de janeiro de 2018. A avaliação de se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são unicamente compostos de principal e juros foi feita com base nos fatos e circunstâncias como no reconhecimento inicial dos ativos.

Notas Explicativas

A contabilização dos passivos financeiros da Companhia permanece basicamente a mesma da IAS 39. Semelhante aos requisitos da IAS 39, a CPC 48 / IFRS 9 exige que contraprestações contingentes sejam tratados como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os derivativos embutidos não são separados do ativo financeiro vinculado. Em vez disso, os ativos financeiros são classificados com base em seus termos contratuais e no modelo de negócios da Companhia.

A contabilização de derivativos embutidos em passivos financeiros e em contratos não financeiros vinculados não mudou do exigido pela IAS 39.

b) *Impairment*

A adoção da CPC 48 / IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização da Companhia para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seu contas a receber. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculada as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperada da CPC 48 / IFRS 9 resultou em aumento nas provisões para perdas da Companhia no montante de R\$659. O aumento na provisão resultou em ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$512.

A redução ao valor recuperável, enquadra-se entre as isenções do princípio geral de aplicação desta norma para períodos comparativos. A Companhia utilizou o modelo de transição sem reapresentação de saldo comparativo, reconhecendo os impactos da adoção da norma na reserva de lucros.

c) *Hedge accounting*

A Companhia aplicou o *hedge accounting* prospectivamente. Na data da aplicação inicial, todas as relações de cobertura existentes da Companhia eram elegíveis para serem tratadas como relações de cobertura contínua. Consistente com períodos anteriores, a Companhia continuou a designar a mudança no valor justo de todo o contrato a termo nas relações de *hedge* de valor justo da Companhia e, como tal, a adoção dos requisitos de contabilização de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9 não teve impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

3.3 Fluxo de caixa

• **Transações que não envolvem caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2018, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- i) Compra de imobilizado a prazo no montante de R\$15.200 (R\$46.667 em 30 de setembro de 2017).

• **Classificação de juros e dividendos**

- i) A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas coligadas.

Notas Explicativas

- ii) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 / IFRS 16 Arrendamentos

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (correspondente ao IFRS-16 - Leasing)

Esta norma altera o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Ela exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo.

A Companhia arrenda diversas propriedades, equipamentos e carros. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão conforme descrito abaixo. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem nenhuma obrigação, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação será alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro será reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso será depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de aluguel:

- i. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- ii. pagamento de aluguel variável que é baseado em um índice ou uma taxa;
- iii. montantes esperados a pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- iv. o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção, e
- v. pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir que o arrendatário que exerce essa opção.

Os pagamentos da locação serão descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao custo, incluindo:

- i. o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- ii. quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início, menos quaisquer incentivos recebidos;

Notas Explicativas

- iii. quaisquer custos diretos iniciais e;
- iv. custos de restauração.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor continuarão a ser reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de propriedades e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

A Companhia adotará o IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser relatada sob a IAS 17 e IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 serão divulgados separadamente se forem diferentes daquelas sob o IFRS 16.

A Companhia está conduzindo uma avaliação de impacto detalhada resultante da aplicação do IFRS 16 em suas demonstrações financeiras. O impacto mais significativo identificado decorrerá do registro de novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de ativos vinculados à concessão.

Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos.

A Companhia registra declarações de imposto de renda federal no Brasil, estando sujeita a exame pelas autoridades fiscais nessas jurisdições referentes aos últimos cinco exercícios. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, das quais podem estar concluídas dentro do próximo exercício. Os resultados das fiscalizações e o momento das liquidações estão sujeitas a incertezas significativas atualmente.

As incertezas não reconhecidas descritas acima serão incluídas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, na medida em que a Companhia for capaz de fazer estimativas confiáveis das liquidações com as respectivas autoridades fiscais.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	103	352
Aplicações financeiras	<u>25.490</u>	153.016
	<u><u>25.593</u></u>	<u><u>153.368</u></u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificado de depósitos bancários - CDB	<u>25.490</u>	153.016
	<u><u>25.490</u></u>	<u><u>153.016</u></u>

A gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora Rumo. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (veja nota 6) não são representadas exclusivamente pelas operações da Companhia mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas (veja nota 10).

6 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos públicos	<u>1.696.513</u>	1.590.176
	<u><u>1.696.513</u></u>	<u><u>1.590.176</u></u>

As aplicações em títulos públicos são realizadas através de fundos de investimentos. Esses títulos possuem remuneração atrelada a Selic e vencimento entre um e sete anos, quando solicitado resgate das cotas para conversão em caixa por parte da Companhia o gestor do fundo pode negocia-los em mercado secundário ativo e com alta liquidez e com risco insignificativo de mudança de valor.

Caixa restrito

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações vinculadas a empréstimos	31.129	95.019
Valores depositados em garantia	<u>2.014</u>	117
	<u><u>33.143</u></u>	<u><u>95.136</u></u>

7 Contas a receber de clientes

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes terceiros	134.870	191.851
Clientes partes relacionadas (Nota 10)	98.810	23.114
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	<u>(14.127)</u>	<u>(14.065)</u>
	<u><u>219.553</u></u>	<u><u>200.900</u></u>
Circulante	<u><u>219.518</u></u>	<u><u>200.900</u></u>
Não circulante	<u><u>35</u></u>	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas

8 Outros tributos a recuperar

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	177.725	110.108
ICMS ⁽ⁱ⁾	19.771	19.138
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	9.484	7.103
Outros	<u>315</u>	<u>401</u>
	207.295	136.750
Circulante	140.148	101.284
Não circulante	<u>67.147</u>	<u>35.466</u>
	<u>207.295</u>	<u>136.750</u>

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

9 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	9.502	13.419
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10) ⁽ⁱ⁾	2.563.500	2.492.196
Total	<u>2.573.002</u>	<u>2.505.615</u>
Circulante	<u>77.080</u>	<u>315.796</u>
Não circulante	<u>2.495.922</u>	<u>2.189.819</u>

(i) Os adiantamentos a fornecedores são referentes a partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

Notas Explicativas**10 Partes relacionadas****a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	94.138	18.060
Raízen Combustível S.A.	402	883
Rumo Malha Sul S.A.	1.483	1.259
Rumo S.A.	1.164	1.164
Brado Logística S.A.	1.258	1.402
Outros	365	346
	<u>98.810</u>	<u>23.114</u>
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	300.000
Rumo Malha Sul S.A.	65.200	-
Outros	2.378	2.378
	<u>67.578</u>	<u>302.378</u>
Ativo circulante	<u>166.388</u>	<u>325.492</u>
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Sul S.A.	-	113.334
Portofer Transp. Ferrov. Ltda	107.723	68.859
Rumo Malha Paulista S.A.	2.384.920	2.004.920
Outros	3.279	2.705
	<u>2.495.922</u>	<u>2.189.818</u>
Mútuo		
Rumo Malha Sul S.A.	1.028.634	1.158.869
	<u>1.028.634</u>	<u>1.158.869</u>
Debêntures privadas		
Rumo S.A.	701.696	663.065
	<u>701.696</u>	<u>663.065</u>
Ativo não circulante	<u>4.226.252</u>	<u>4.011.752</u>
Total do ativo	<u>4.392.640</u>	<u>4.337.244</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transp. Ferrov. Ltda	96.056	57.252
Rumo Malha Paulista S.A.	83.539	113.488
Raízen Combustível S.A.	16.848	17.591
Rumo Malha Sul S.A.	24.365	36.018
Rumo S.A.	4.473	19.984
Brado Logística S.A.	3.646	3.449
Outros	1.112	1.352
	<u>230.039</u>	<u>249.134</u>
Debêntures Privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	190.985	-
	<u>190.985</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	<u>421.024</u>	<u>249.134</u>
Debêntures Privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	-	186.526
	<u>-</u>	<u>186.526</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>186.526</u>
Total do passivo	<u>421.024</u>	<u>435.660</u>

Notas Explicativas

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita operacional líquida				
Rumo Malha Paulista S.A.	75.846	187.153	57.444	185.830
Rumo Malha Sul S.A.	526	1.571	1.377	3.186
Brado Logística S.A.	6.312	16.706	4.826	10.885
Raízen Energia S.A.	1.524	3.531	1.857	7.468
Raízen Combustíveis S.A.	4.391	8.607	3.123	6.998
Outras	33	89	28	343
	88.632	217.657	68.655	214.710
Compras de serviços				
Rumo Malha Paulista S.A.	(399.755)	(1.074.706)	(337.448)	(924.450)
Raízen Combustíveis S.A.	(29.532)	(78.022)	(33.816)	(88.107)
Rumo S.A.	(3.000)	(9.000)	(3.000)	(9.000)
Rumo Malha Sul S.A.	(10.150)	(28.905)	(1.929)	(2.466)
Brado Logística S.A.	(227)	(553)	(1.626)	(2.878)
Elevações Portuárias S.A.	-	-	-	(1.025)
Outras	(711)	(1.698)	(97)	(160)
	(443.375)	(1.192.884)	(377.916)	(1.028.086)
Despesas compartilhadas				
Rumo Malha Sul S.A.	(24.136)	(63.199)	(9.558)	(38.060)
Portofer Transp. Ferrov.	(10.002)	(27.231)	(6.623)	(19.561)
Rumo S.A.	(3.505)	(8.216)	(484)	(1.524)
Raízen Energia S.A.	(632)	(1.967)	(619)	(1.950)
Outras	(545)	(1.746)	(766)	(1.928)
	(38.820)	(102.359)	(18.050)	(63.023)
Resultado financeiro				
Rumo Malha Sul S.A.	22.560	69.766	32.799	86.281
Rumo S.A.	13.214	38.631	20.518	58.222
Rumo Malha Oeste S.A.	(3.669)	(10.863)	(5.677)	(18.662)
	32.105	97.534	47.640	125.841

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no período findo em 30 de setembro de 2018 totalizou R\$4.973 (R\$5.170 em 30 de setembro de 2017), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

11 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	30/09/2018	31/12/2017
Debêntures privadas - Rumo S.A. (Nota 10)	06/01/2015	450.000	06/01/2020	CDI+1,30% a.a	701.696	663.065

O saldo de atualização financeira em 30 de setembro de 2018 totalizou R\$38.631 (R\$37.704 em 30 de setembro de 2017).

Notas Explicativas

12 Investimentos em coligadas

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2018	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 30 de setembro de 2018	Resultado de equivalência em 30 de setembro de 2017
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	4.464	270	-	-	4.734	1.748
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	17.542	3.996	(2.928)	-	18.610	3.250
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.647	3.875	(3.609)	-	15.913	1.836
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	44.690	-	-	(12)	44.678	-
Total				82.343	8.141	(6.537)	(12)	83.935	6.834

13 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	111.412	171.083	3.499.868	2.460.172	382.169	10.684	6.635.388
Adições	-	-	(3.433)	-	469.337	-	465.904
Baixas	-	(3.443)	(1.793)	-	-	-	(5.236)
Transferências	125.857	71.945	208.179	59.078	(467.029)	571	(1.399)
Saldo em 30 de setembro de 2018	237.269	239.585	3.702.821	2.519.250	384.477	11.255	7.094.657
Valor de depreciação:							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(35.082)	(51.492)	(1.043.179)	(839.384)	-	(9.010)	(1.978.147)
Adições	(9.766)	(12.062)	(210.976)	(101.516)	-	(488)	(334.808)
Baixas	-	3.443	1.793	-	-	-	5.236
Saldo em 30 de setembro de 2018	(44.848)	(60.111)	(1.252.362)	(940.900)	-	(9.498)	(2.307.719)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	76.330	119.591	2.456.689	1.620.788	382.169	1.674	4.657.241
Saldo em 30 de setembro de 2018	192.421	179.474	2.450.459	1.578.350	384.477	1.757	4.786.938

(i) Inclui benfeitorias em bens e arrendamento mercantil financeiro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão. A data base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2018 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

Notas Explicativas**14 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Descrição	Encargos financeiros		30/09/2018	31/12/2017	Vencimento
	Indexador	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	8,85%	791.341	848.653	jun-29
Finame (BNDES)	Pré-fixado	2,80%	85.276	99.255	jan-24
NCE	112,00% do CDI	7,18%	30.505	59.858	dez-18
	125,00% do CDI	8,05%	645.631	644.766	dez-23
	126,00% do CDI	8,12%	504.864	-	dez-23
	CDI + 3,50%	10,11%	295.669	294.968	dez-18
	Pré-dólar (US\$)	7,38%	3.046.620	2.594.751	fev-24
	Pré-dólar (US\$)	5,88%	1.992.145	-	jan-25
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$)	5,33%	16.016	13.232	jun-19
	CDI + 4,91% a.a.	12,14%	-	98.078	mar-18
			7.408.067	4.653.561	
Debentures					
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	6,92%	-	57.172	jul-18
	Pré-fixado	13,13%	-	163.750	mar-18
	CDI + 3,50%	10,11%	-	1.359.125	mai-18
	128,00% do CDI	8,25%	511.388	499.576	dez-25
Debêntures privadas - Rumo Malha Oeste (Nota 10)	CDI + 1,50%	7,99%	190.985	186.526	dez-20
			702.373	2.266.149	
Total			8.110.440	6.919.710	
Circulante			741.515	679.970	
Não circulante			7.368.925	6.239.740	

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	30/09/2018	31/12/2017
Reais (R\$)	3.055.659	4.311.727
Dólar (US\$)	5.054.781	2.607.983
Total	8.110.440	6.919.710

NCE

Em 26 de janeiro de 2018, a Companhia realizou captação de recursos junto ao Banco Bradesco, através de uma Nota de Crédito à Exportação, no valor total de R\$500.000, com vencimento em dezembro de 2023 e sobre o saldo devedor incidirá juros de 126% da taxa diária do CDI- Certificado de Depósito Interfinanceiro, pagos semestralmente.

Em 27 de abril de 2018, a Companhia emitiu uma Nota de Crédito à Exportação, no valor total de US\$ 500.000, com vencimento em janeiro de 2025 e juros de 5,875% ao ano, pagos semestralmente. Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de câmbio, este empréstimo está 100% protegido utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco cambial da moeda estrangeira (USD) por moeda local (BRL) e taxa de juros pré-fixada por percentuais do CDI (taxas mercado local), a um custo de 127,07 % do CDI.

Notas Explicativas

Linha de crédito não utilizada

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$2.881 (R\$15.250 em 31 de dezembro de 2017).

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A controladora Rumo está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. A Companhia avalia as condições das cláusulas restritivas anualmente.

Abaixo as movimentações ocorridas para o período findo em 30 de setembro de 2018.

	<u>30/09/2018</u>
Saldo inicial	6.919.710
Captações	2.228.005
Amortização de principal	(1.809.820)
Pagamento de juros	(445.968)
Atualização monetária, cambial e valor justo	1.218.513
Saldo final	<u>8.110.440</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>01/07/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	372.661	667.131	216.472	473.828
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(126.705)	(226.825)	(73.600)	(161.102)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial	1.134	2.768	1.293	2.324
Lucro da exploração	11.287	-	31.347	46.243
Efeito de amortização do direito de concessão	2.520	7.559	2.519	7.559
Outros	5.596	4.329	4.536	4.987
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(106.168)</u>	<u>(212.169)</u>	<u>(33.905)</u>	<u>(99.989)</u>
Taxa efetiva	<u>28,49%</u>	<u>31,80%</u>	<u>15,66%</u>	<u>21,10%</u>

Notas Explicativas

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	53.284	49.302
Base negativa de contribuição social	18.894	17.500
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	11.907	14.273
Provisão <i>impairment</i>	9.728	13.152
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	4.803	4.782
Provisões para não realização de impostos	24.000	20.077
Provisões de participações no resultado	2.395	2.754
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	137.749	124.031
Ajuste valor justo sobre dívidas	5.178	23.855
Diferenças temporárias sobre outras provisões	14.474	11.924
Outros	47.199	49.199
Tributos diferidos ativos	<u>329.611</u>	<u>330.849</u>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(47.111)	(47.111)
Créditos passivos de diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	(45.388)	(94.001)
Resultado não realizado com derivativos	(269.245)	(13.833)
Tributos diferidos passivos	<u>(314.633)</u>	<u>(107.834)</u>
Total de tributos diferidos registrados	<u><u>(32.133)</u></u>	<u><u>175.904</u></u>

c) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	<u>30/09/2018</u>
Saldo inicial	175.904
Resultado	(208.300)
Adoção inicial IFRS 9	263
Saldo final	<u><u>(32.133)</u></u>

16 Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de serviços e materiais	300.311	395.259
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	9.965	17.610
Outros	906	926
Total	<u>311.182</u>	<u>413.795</u>
Fornecedores	81.143	164.661
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10)	230.039	249.134
	<u>311.182</u>	<u>413.795</u>

Notas Explicativas**17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais**

	Provisão para demandas judiciais	
	30/09/2018	31/12/2017
Cíveis, regulatórias e ambientais	6.367	15.325
Trabalhistas	25.735	23.517
	32.102	38.842

	Depósitos judiciais	
	30/09/2018	31/12/2017
Tributária	2.298	999
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.269	938
Trabalhistas	23.275	21.001
	26.842	22.938

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	15.325	23.517	38.842
Provisionados no período	8	7.912	7.920
Baixas por reversão / pagamento	(5.536)	(8.013)	(13.549)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(3.430)	2.319	(1.111)
Saldo em 30 de setembro de 2018	6.367	25.735	32.102

(i) Incluí baixa de juros

a) Tributárias

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	30/09/2018	31/12/2017
ICMS - Exportação	91.070	83.423
Plano de Opção de Compra de Ações	9.676	9.391
IRPJ/CSLL	90.967	70.073
ICMS TAD	65.099	62.646
Outros	22.576	27.653
	279.388	253.186

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	30/09/2018	31/12/2017
Cíveis	29.941	17.987
Regulatórias	1.400	922
Ambientais	67.922	61.750
	99.263	80.659

Notas Explicativas

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reclamações trabalhistas	56.342	58.269
	56.342	58.269

18 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento financeiro são:

	<u>30/09/2018</u>				<u>31/12/2017</u>
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
Pagamentos mínimos futuros	158.863	447.014	191.705	797.582	1.185.945
Material rodante	140.368	372.865	121.601	634.834	1.012.102
Terminal	18.495	74.149	70.104	162.748	173.843
Juros na parcela	(57.949)	(144.234)	(36.146)	(238.329)	(297.697)
Material rodante	(47.717)	(112.174)	(23.416)	(183.307)	(237.279)
Terminal	(10.232)	(32.060)	(12.730)	(55.022)	(60.418)
Valor presente dos pagamentos mínimos	100.914	302.780	155.559	559.253	888.248
Circulante				100.913	232.669
Não circulante				458.340	655.579

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Saldo em 1º de janeiro de 2018	888.248
Atualização juros	95.539
Amortização de principal	(309.416)
Pagamento de juros	(115.118)
Saldo em 30 de setembro de 2018	559.253

Arrendamentos operacionais

	<u>Total dos pagamentos mínimos futuros</u>			
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bens				
Locomotivas	565	668	1.233	1.695
Vagões	1.876	4.094	5.970	7.049
Total	2.441	4.762	7.203	8.744

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

Notas Explicativas

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas "A" e 5.625.683 ações preferenciais nominativas "B". As ações preferenciais "A" não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais "B" tem os mesmos direitos das ações "A", exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

b. Incentivos fiscais – SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. Para o período findo em 30 de setembro de 2018 não houve o efeito de redução, devido a controlada Malha Norte ter apurado prejuízo fiscal (R\$46.243 em 30 de setembro de 2017).

c. Dividendos

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos, mediante a lucros acumulados no montante de R\$397.440, dos quais R\$117.932 já foram declarados como dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2017, R\$297.054 foram liquidados no ano de 2018.

Notas Explicativas

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017:

Básico e diluído

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Numerador				
Resultado líquido do período	266.493	454.962	182.567	373.839
Por ação ordinária	246.607	421.011	168.944	345.943
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	18.634	31.812	12.765	26.139
Por ação preferencial "B"	1.252	2.138	858	1.757
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	76.089	76.089	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.626	5.626	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:				
Por ação ordinária	0,22263	0,38008	0,15252	0,31231
Por ação preferencial "A"	0,24490	0,41809	0,16776	0,34353
Por ação preferencial "B"	0,22263	0,38008	0,15252	0,31231

21 Receita operacional líquida

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita bruta na venda de serviços	1.130.956	2.956.218	919.146	2.537.085
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(33.491)	(89.369)	(27.175)	(85.268)
	1.097.465	2.866.849	891.971	2.451.817

Notas Explicativas

22 Despesas por natureza

A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	01/07/2018 a	01/01/2018 a	01/07/2017 a	01/01/2017 a
	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2017
Despesas com pessoal	(37.368)	(109.385)	(31.812)	(97.830)
Depreciação e amortização	(103.844)	(335.311)	(93.150)	(270.052)
Despesas com serviços de terceiros	(10.912)	(31.352)	(9.358)	(30.212)
Material de uso e consumo	(16.396)	(51.916)	(19.574)	(53.879)
Arrendamento mercantil	(720)	(2.232)	(1.077)	(3.584)
Despesas com transporte e elevação	(410.846)	(1.066.053)	(335.903)	(920.168)
Outras despesas	(33.872)	(86.096)	(27.036)	(83.554)
	(613.958)	(1.682.345)	(517.910)	(1.459.279)

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(596.352)	(1.633.647)	(511.932)	(1.415.944)
Despesas comerciais	365	(792)	235	(11.439)
Despesas gerais e administrativas	(17.971)	(47.906)	(6.213)	(31.896)
	(613.958)	(1.682.345)	(517.910)	(1.459.279)

23 Resultado financeiro

	01/07/2018 a	01/01/2018 a	01/07/2017 a	01/01/2017 a
	30/09/2018	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2017
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(269.473)	(419.834)	(223.259)	(588.687)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(181.874)	(797.308)	105.687	(20.199)
Resultado com derivativos e valor justo	301.656	630.715	(64.707)	3.107
Amortização do gasto de captação	(2.099)	(32.904)	(4.205)	(10.424)
Fianças e garantias sobre dívidas	(2.841)	(10.660)	(3.785)	(9.960)
	(154.631)	(629.991)	(190.269)	(626.163)
Rendimento de aplicação financeira	25.772	84.963	40.066	110.553
	25.772	84.963	40.066	110.553
Custo da dívida, líquida	(128.859)	(545.028)	(150.203)	(515.610)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	41.940	122.548	56.385	158.520
Arrendamento mercantil	(14.697)	(64.478)	(26.337)	(81.282)
Despesas bancárias e outros	(326)	(1.079)	(6.311)	(18.901)
Certificado de recebíveis imobiliários	(1.017)	(4.535)	(3.887)	(14.902)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(1.623)	(953)	(3.651)	(9.315)
Variação cambial	(897)	(1.418)	(85)	(182)
Juros sobre outras obrigações	(6.716)	(28.715)	(33.588)	(48.231)
	16.664	21.370	(17.474)	(14.293)
Resultado financeiro, líquido	(112.195)	(523.658)	(167.677)	(529.903)
Despesas financeiras	(298.794)	(563.158)	(305.023)	(784.206)
Receitas financeiras	67.711	207.511	96.451	269.074
Variação cambial	(182.768)	(798.726)	105.602	(20.381)
Derivativos	301.656	630.715	(64.707)	5.610
Resultado financeiro, líquido	(112.195)	(523.658)	(167.677)	(529.903)

Notas Explicativas**24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Constituição de provisão para demandas judiciais	(2.292)	(3.625)	(3.331)	(8.711)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	2.914	4.419	(2.739)	1.770
Ressarcimento seguro	-	-	12.745	12.745
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(2.608)</u>	<u>(2.650)</u>	<u>(391)</u>	<u>(1.445)</u>
	<u>(1.986)</u>	<u>(1.856)</u>	<u>6.284</u>	<u>4.359</u>

25 Instrumentos financeiros*Gerenciamento dos riscos financeiros***Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.696.513	1.590.176
Instrumentos financeiros derivativos	<u>782.629</u>	<u>107.440</u>
	2.479.142	1.697.616
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	25.593	153.368
Contas a receber de clientes	219.553	200.900
Recebíveis de partes relacionadas	1.028.634	1.158.867
Debêntures privadas	701.696	663.065
Caixa restrito	<u>33.143</u>	<u>95.136</u>
	2.008.619	2.271.336
Total	<u>4.487.761</u>	<u>3.968.952</u>
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.071.675	4.324.959
Arrendamento mercantil	559.253	888.248
Certificado de recebíveis imobiliários	14.066	81.939
Fornecedores	311.182	413.795
Outros passivos financeiros	27.713	37.105
Dividendos a pagar	2.410	19.717
Parcelamento de débitos - REFIS	<u>2.157</u>	<u>3.240</u>
	3.988.456	5.769.003
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>5.038.765</u>	<u>2.594.751</u>
	5.038.765	2.594.751
Total	<u>9.027.221</u>	<u>8.363.754</u>

Notas Explicativas

Durante o período, não houve reclassificação entre categorias, o valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentado acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos a que a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbio da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	-	160.000	-	1.349
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	4.146.145	2.405.595	782.629	106.091
Total de instrumentos contratados pela Companhia	4.146.145	2.565.595	782.629	107.440

Notas Explicativas

(a) Risco de crédito

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	25.593	153.368
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	1.696.513	1.590.176
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	33.143	95.136
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	219.553	200.900
Debentures privadas	701.696	663.065
Recebíveis de partes relacionadas	1.028.634	1.158.867
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	782.629	107.440
	<u>4.487.761</u>	<u>3.968.952</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é o valor registrado, como demonstrado na nota 14, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>30/09/2018</u>
AA	25.565
AAA	2.512.313
Total	<u>2.537.878</u>

Notas Explicativas

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	30/09/2018				31/12/2017	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.013.757)	(778.352)	(2.731.136)	(6.196.835)	(10.720.080)	(9.058.036)
Fornecedores	(311.182)	-	-	-	(311.182)	(413.795)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(27.713)	-	-	-	(27.713)	(37.105)
Parcelamento de débitos - REFIS	(504)	(400)	(657)	(758)	(2.319)	(3.481)
Arrendamento mercantil	(164.894)	(154.331)	(318.673)	(218.245)	(856.143)	(1.373.547)
Certificado recebíveis imobiliários	(15.641)	-	-	-	(15.641)	(87.867)
Dividendos a pagar	(2.410)	-	-	-	(2.410)	(19.717)
Instrumentos financeiros derivativos	(66.290)	(180.227)	(605.737)	1.586.819	734.565	(574.452)
	(1.602.391)	(1.113.310)	(3.656.203)	(4.829.019)	(11.200.923)	(11.568.000)

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam à alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfaiting*" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros. Em 30 de setembro de 2018 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$27.713 (R\$37.105 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações tiveram o Banco Itaú e o Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 7.74% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utilize derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

I. Risco cambial

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	30/09/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.791.057)
Instrumentos financeiros derivativos	4.775.634
Exposição cambial, líquida	(15.423)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

No cenário provável a Companhia utiliza o dólar projetado por consultoria especializada para 30 de setembro de 2019. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável:

	30/09/2018	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Em 30 de setembro de 2018	4,0039	3,4300	4,2875	5,1450	2,5725	1,7150

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 30 de setembro de 2018, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivos ou negativos no resultado, antes dos impostos. Os cenários com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável como segue:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Instrumentos financeiros derivativos	Flutuação do dólar	(824.058)	(715.853)	(3.603.280)	715.853	3.603.280
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do dólar	814.520	718.136	3.591.829	(718.136)	(3.591.829)
Impactos no resultado do período		(9.538)	2.283	(11.451)	(2.283)	11.451

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A Companhia utiliza os seguintes cenários para as taxas de juros:

	30/09/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,40%	10,10%	5,10%	3,40%
CDI	6,53%	8,20%	9,80%	4,90%	3,30%
TJLP	6,90%	8,60%	10,40%	5,20%	3,50%
IPCA	4,64%	5,80%	7,00%	3,50%	2,30%

O cenário provável considerado pela Companhia utiliza as projeções de mercado feitas por consultoria externa especializada (Tendências).

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	30/09/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	1.664	416	832	(416)	(832)
Títulos e valores mobiliários	110.782	27.696	55.391	(27.696)	(55.391)
Caixa restrito	2.237	559	1.118	(559)	(1.118)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(184.423)	(46.105)	(92.211)	46.105	92.211
Certificado recebíveis imobiliários	(932)	(233)	(466)	233	466
Arrendamento mercantil	(20.764)	(5.191)	(10.382)	5.191	10.382
Instrumentos financeiros	(326.899)	(728.598)	(1.358.743)	885.419	1.923.079
Impactos no resultado do período	(418.335)	(751.456)	(1.404.461)	908.277	1.968.797

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,39% a.a. e 6,56% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo da NCE em dólar é determinado através da utilização da Curva interpolada de Juros Futuro de DI de um dia da BM&FBOVESPA e dos Contratos futuros de dólar negociado na BM&FBOVESPA. O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 14.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de default.”

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			30/09/2018	31/12/2017
Ativos	30/09/2018	31/12/2017	Nível 2	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	1.696.513	1.590.176	1.696.513	1.590.176
Instrumentos financeiros derivativos	782.629	107.440	782.629	107.440
Total	2.479.142	1.697.616	2.479.142	1.697.616
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.038.765	2.594.751	5.038.765	2.594.751
Total	5.038.765	2.594.751	5.038.765	2.594.751

Notas Explicativas

Hedge accounting – Valor justo

Atualmente, a Companhia adota o hedge de valor justo para algumas de suas operações em que ambos os saldos (instrumentos de *hedge* e os itens cobertos) são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	<u>Dívida</u>	<u>Derivativos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.594.751)	106.091	(2.488.660)
Adoção inicial	(1.731.500)	-	(1.731.500)
Amortização de juros	217.668	55.314	272.982
Valor justo	<u>(930.182)</u>	<u>621.224</u>	<u>(308.958)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2018	<u>(5.038.765)</u>	<u>782.629</u>	<u>(4.256.136)</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Rumo Malha Norte S.A.

Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rumo Malha Norte S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de novembro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia

Contador CRC 1SP213431/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes ao período social findo em 30 de setembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 13 de novembro de 2018 pela KPMG Auditores Independentes, CRC 2SP014428/O-6.